

**Ação Direta de Inconstitucionalidade de Lei nº 168.906.0/1-00**

**Comarca ....: São Paulo**

**Requerente: Procurador Geral de Justiça de São Paulo**

**Requeridos: Presidente da Câmara Municipal de Itanhaém**

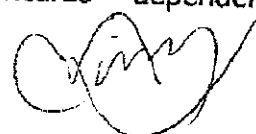
Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo Procurador Geral de Justiça, objetivando o reconhecimento da inconstitucionalidade da Lei nº 3.258, de 22 de novembro de 2006, do município de Itanhaém.

A norma inquinada de inconstitucional *"dispõe sobre a contratação de professor por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal"*.

Alega, em síntese, o requerente que referido diploma legislativo é incompatível com o texto constitucional estadual, violando o artigo 115, "caput", inciso X.

Aduz que as situações previstas na Lei Municipal nº 3.258/06 não se adaptam ao conceito de "contratação temporária" preconizado pelo constituinte estadual.

Afirma que a lei hostilizada se ressentida da exatidão reclamada pela doutrina, capaz de permitir a identificação dos requisitos constitucionais para a contratação temporária. Sustenta, outrossim, que a previsão aberta da Lei nº 3.258/06 permite à autoridade executiva contratar professores ao seu talante e em qualquer tempo, abrindo caminho para alguns excessos, que ficarão dependentes do comportamento do Chefe do Poder Executivo.



Postula, por fim, o deferimento de liminar para que seja retirado do ordenamento jurídico à Lei Municipal nº 3.258, de 22 de novembro de 2006, de Itanhaém.

Passo a decidir.

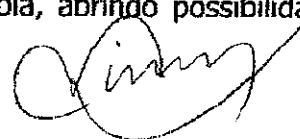
O cabimento da medida cautelar, sob o crivo da obrigatoriedade, fica a depender do preenchimento de dois requisitos: o "*fumus boni iuris*" e o "*periculum in mora*".

O artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal trata da possibilidade de a administração contratar pessoal para o atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público. Na esteira da Constituição Federal, o artigo 115, inciso X, da Constituição Estadual, reproduz idêntica regra, remetendo, pois, à lei o estabelecimento dos casos para contratação por tempo determinado.

O mote da contratação por tempo determinado, constitui, portanto, exceção à regra geral do concurso para admissão no serviço público, de modo que para sua utilização, três requisitos são obrigatórios: a) *excepcional interesse público*; b) *temporiedade da contratação*; c) *hipóteses expressamente previstas em lei*.

À primeira vista, mediante análise sumária própria desta fase processual, com a cautela que o caso enseja, divisa-se que as hipóteses previstas na norma inquinada, em sua generalização, são permanentes ou previsíveis, constituindo atribuições passíveis de serem exercidas por servidores admitidos pela via do concurso público e não por tempo determinado. Em verdade, trata-se de serviços de educação, decorrentes de situação normal e duradoura, impondo a previsão de suas necessidades pela Administração.

Não obstante, observa-se, ainda, que a descrição nos incisos II, III e IV do artigo 2º da referida lei, se ressentem da necessária especificação, mostrando-se mui vaga e ampla, abrindo possibilidade de



contratação discricionária pelo Chefe do Executivo local, ladeando a excepcionalidade.

Ademais, em se tratando de contrato temporário, a duração deve estar circunscrita apenas e tão-somente pelo tempo rigorosamente necessário para se ultrapassar a problemática que permitiu a sua celebração. Cumpre que tal contratação seja realmente indispensável, vale dizer, indubitavelmente não haja meios de supri-la com remanejamento de pessoal ou redobrado esforço dos servidores já existentes. Não cabe, por isso, prorrogação ou renovação desse ajuste, consoante estabelecido na lei municipal em questão, salvo em razão de fatos ocorridos posteriormente e devidamente justificados.

De mais a mais, em que pese a lei impugnada datar de 22 de novembro de 2006, presente está o "*periculum in mora*", já que a espécie é de natureza contínua, podendo o Chefe do Poder Executivo estar a efetuar ditas contratações.

Assim, configurados os requisitos legais, justifica-se o deferimento da medida liminar.

A seguir, solicitem-se informações do DD. Presidente da Câmara Municipal e do DD. Prefeito Municipal de Itanhaém.

Cite-se a Procuradoria do Estado (artigo 671 do Regimento Interno).

Após, à d. Procuradoria-Geral de Justiça.

São Paulo, 11 de setembro de 2008.

  
Celso Limongi  
relator